Ofício N° 038/2020/GP-AB

Água Boa, 27 de fevereiro de 2020.

REMESSA
EM 02 / 03 / 20
Por despacho do Sr. Presidente
faço remessa desse autos à
Comissão Geral

Senhor Presidente,

Sirvo-me da presente para submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, o Projeto de Lei Complementar nº 160, que "***Concede reajuste anual conforme Lei 11.738/2008 (Piso Nacional) aos Profissionais da Educação e dá outras providências,*** em ***REGIME DE URGÊNCIA.***

Atenciosamente,

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal

À Sua Excelência o Senhor
Vereador LUÍS CÉSAR DE LARA PINTO FILHO
Presidente da Câmara Municipal
Água Boa MT

LEI COMPLEMENTAR Nº _____, DE_____DE _____ DE 2020.
(Projeto de Lei Complementar nº 160, de 27 de fevereiro de 2020, do Executivo).

REMESSA
EM 02 / 03 / 2020
Por despacho do Sr. Presidente faço remessa desse autos à Comissão Geral

Concede reajuste anual conforme Lei 11.738/2008 (Piso Nacional) aos Profissionais da Educação e dá outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de ordinária de _____, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artº 1º - Fica concedido reajuste anual aos profissionais da educação do município de Água Boa - MT abaixo e nas condições especificadas.

I. A incidir sobre os vencimentos de **12,84%** aos servidores regidos pela Lei Complementar nº 054/2011.

II. De acordo com a Lei do Piso Nacional (11.738/2008) este reajuste retroage a 1º de Janeiro de 2020, porém a diferença salarial somente será paga aos profissionais conforme a Lei nº 054 de 2011, sendo que os contratados proporcionalmente a partir da data da contratação e para os novos concursados proporcionalmente a partir da data da posse.

III. As reposições da diferença salarial nos termos do inciso anterior serão pagas em até 03 (três) parcelas na forma, a saber:

a) A diferença relativa aos mêses de janeiro e fevereiro, serão pagos em aproximadamente 90 (noventa) dias da promulgação desta lei, junto com os vencimentos mensais.

Art. 2 º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei são previstas na Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) e são consignadas em dotações próprias de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 27 de fevereiro de 2020.

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI
Secretário Municipal de Administração

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente.
Excelentíssima Senhora Vereadora.
Excelentíssimos Senhores Vereadores.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei Complementar que "***Concede reajuste anual conforme Lei 11.738/2008 (Piso Nacional) aos Profissionais da Educação e dá outras providências.***"

Com o compromisso com a valorização dos professores em exercicio da Educação do Município de Água Boa, a administração Pública Municipal encaminha o presente projeto de Lei:

O piso salarial do magistério foi reajustado em **12,84%** em janeiro de 2020, conforme determina o artigo 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. O valor do piso para 2020 é de **R$ 2.886,24 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte quatro centavos).**

O piso salarial foi criado em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal, no artigo 60, inciso III, alínea e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Conforme a legislação vigente, a correção reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de 2020, em relação ao valor de 2019. O vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio modalidade normal, com jornada de 40 horas semanais, em 2020 é de **R$ 2.886,24 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte quatro centavos)**, e passa a valer a partir de 1º de janeiro de 2020.

Diante da relevância da materia e contando mais uma vez com a costumeira atenção dos Ilustres Vereadores que compõem este Parlamento, contamos com a aprovação deste Projeto de Lei em ***REGIME DE URGÊNCIA.***

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI
Secretáro Municipal de Administração